

Os grêmios estudantis em escolas municipais de Florianópolis: entre a tutela e a auto-organização

Juliana Rodrigues Walendy
Sandra Luciana Dalmagro

Juliana Rodrigues Walendy
Prefeitura Municipal de Florianópolis,
PMF, SC, Brasil
E-mail: juwalendy10@gmail.com
 <https://orcid.org/0009-0002-3450-7291>

Sandra Luciana Dalmagro
Universidade Federal de Santa
Catarina, UFSC, Brasil
E-mail: sandradalmagro@yahoo.com.br
 <https://orcid.org/0000-0001-9639-7070>

FUNDES -UNIEDU

Resumo

Este artigo discute o processo de constituição dos Grêmios Estudantis em escolas municipais de Florianópolis. Nos dedicamos a compreender o processo de construção do Movimento Estudantil na Educação Fundamental, suas formas de organização e o trabalho de acompanhamento docente. Foi realizada pesquisa em duas escolas por meio de entrevistas com estudantes e professores, observações e análises de documentos. O suporte teórico vem das perspectivas críticas de análise da escola burguesa (Enguita, Snyders e Freitas) e das experiências soviéticas de auto-organização estudantil (Pistrak e Shulgin). Concluímos que os Grêmios da Rede Municipal de Florianópolis expressam diferentes perspectivas e contradições, em especial uma vertente burocratizada e tutelada do Movimento Estudantil e outra de efetiva construção da auto-organização. Observamos que a organização dos estudantes é profundamente educativa e tem potencial de reorganizar as relações na escola quando tem por base a perspectiva emancipatória. Para isto precisa ter por base a realidade concreta dos estudantes e necessita da orientação dos educadores compromissados com a construção da autonomia estudantil.

Palavras-chave: Auto-organização. Grêmio estudantil. Educação fundamental. Escola. Trabalho docente.

Recebido em: 10/07/2024
Aprovado em: 24/09/2024



 <http://www.perspectiva.ufsc.br>
 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2025.e101009>

Abstract**The student councils in Florianópolis municipal schools: between tutelage and self- organization**

This article discusses the Students' Councils formation in Florianópolis municipal schools. We have put our dedication on understanding the process of Elementary School Students' Movement construction, its forms of organization and the teachers' review. Reasearches in two schools were carried out through interviewing students and teachers, as well as observation and documents reviews. The theoretical support comes from the critical analysis of the bourgeois school (Enguita, Snyders and Freitas) and from Soviet experiences of students' self-organization (Pistrak and Shulgin). We have concluded the Net of Florianópolis Municipal Councils expresses different perspectives and contradictions, specially one Student Movement branch under tutelage and concerning paperwork and another building effective self-organization. We have noticed that the students organization is deeply educative and presents potencial of reorganizing the school relations when it is supported on an emancipatory perspective. For doing so, it is necessary a students concrete reality basis and educators committed with students autonomy formation is also needed for so.

Keywords: Self- organization. Student council. Elementary school. School. Teaching work.

Resumen**Los centros estudiantiles en escuelas municipales de Florianópolis: entre tutela y auto-organización**

Este artículo analiza el proceso de constitución de centros estudiantiles en escuelas municipales de Florianópolis. Nos dedicamos a comprender el proceso de construcción del Movimiento Estudiantil en la Educación Primaria, sus formas de organización y el acompañamiento docente. La investigación se llevó a cabo en dos escuelas a través de entrevistas a estudiantes y maestros, observaciones y análisis de documentos. El apoyo teórico proviene de las perspectivas analíticas críticas de la escuela burguesa (Enguita, Snyders y Freitas) y de las experiencias soviéticas de auto-organización estudiantil (Pistrak y Shulgin). Concluimos que los Centros de la Red Municipal de Florianópolis expresan diferentes perspectivas y contradicciones, en particular un aspecto burocratizado y supervisado del Movimiento Estudiantil y otro de construcción efectiva de autoorganización. Observamos que la organización de los estudiantes es profundamente educativa y tiene el potencial de reorganizar las relaciones en la escuela cuando se basa en una perspectiva emancipadora. Para ello, debe basarse en la realidad concreta de los estudiantes y requiere la orientación de educadores comprometidos con la construcción de la autonomía de los estudiantes.

Palabras clave:
Auto- organización. Centro estudiantil. Educación elemental. Escuela. Trabajo docente.

Introdução

Este artigo resulta de pesquisa que teve por objetivo analisar o processo de formação dos Grêmios Estudantis em Escolas de Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF). Buscou-se identificar as perspectivas pedagógicas e políticas relativas à organização estudantil, analisando a atividade dos estudantes e dos docentes em período recente. Compreendemos que a organização estudantil não é uma questão marginal na escola, ao contrário, expressa o projeto pedagógico escolar e é reveladora do processo educacional que efetivamente se realiza.

O artigo se encontra organizado em três partes. Na primeira assinalamos que a escola se liga à sociedade na qual se encontra, tendo esta como modelo social para o qual forma. Neste processo se distingue a existência ou não da organização estudantil e o tipo desta organização. Nossos autores de referência são Enguita, Pistrak, Shulgin e Freitas. Na segunda e terceira partes apresentamos a pesquisa documental, de campo e as análises desta pesquisa.

A investigação foi realizada em duas escolas da RMEF, escolhidas por apresentarem Grêmios Estudantis estruturados, ainda que de modo bastante diverso, selecionadas dentre as experiências de Movimento Estudantil na Rede Municipal de Florianópolis, Santa Catarina, apresentadas no Encontro de Grêmios do município, ocorrido em 2019. A pesquisa compreendeu a realização de entrevistas com estudantes e professores envolvidos com a atividade dos Grêmios. A pesquisa documental compreendeu a análise de dos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) das escolas, os Livros de Atas dos Grêmios Estudantis e outros registros encontrados nas pastas de arquivos dos Grêmios Estudantis.

Escola, auto-organização e projeto social

O conceito de escola nas produções acadêmicas críticas afirma que os objetivos sociais desta são diferentes a cada momento histórico. A escola é entendida como um lugar de transmissão de conhecimentos e de preparação para a vida em sociedade, se constituindo no instrumento que oferece a educação necessária a um determinado modo de vida, garantindo a reprodução do mesmo; a sociedade se produz também a partir da sua forma de educar.

Enguita (1989) aponta o quanto os processos de industrialização foram um marco decisivo na definição das práticas escolares, pois os processos produtivos começaram a valorizar a escola como um instrumento para formar cidadãos dóceis e disciplinados, que aceitassem a hierarquia e a subordinação como naturais. Fazia-se necessário modelar o trabalhador para as relações de produção capitalistas e seus processos de trabalho.

Snyders (2005) assinala que a escola burguesa contribui para legitimar a desigualdade social na medida em que seleciona os que considera mais capazes, fazendo parecer que a desigualdade social deriva do esforço individual, da inclinação para os estudos e que é a escola quem cria as hierarquias sociais. Snyders mostra que a escola apenas mantém ou reproduz a desigualdade criada fora dela.

A perspectiva burguesa trabalha em diversas frentes para que as crianças da classe trabalhadora se acostumem a estar separadas de acordo com sua origem social, naturalizando a condição de classe e o modo de pensar e agir que corresponde às funções sociais que cada classe desempenha. Através das relações constituídas no interior das escolas, estas educam pela subordinação, apassivamento e obediência na medida em que põe os estudantes em permanente submissão à autoridade, agir apenas mediante o comando do professor e falar apenas quando for autorizado. A escola, assim como a sociedade de classes, classifica, hierarquiza, pune e recompensa, legitimando a desigualdade social ao mesmo tempo em que forma para esta. A pretexto da suposta neutralidade da escola, esta não aborda os problemas reais que estão na base da existência das crianças e assim o ensino vai se tornando alheio à vida concreta. O lugar que poderia ser o centro da vida juvenil, espaço de sociabilidade e desenvolvimento amplo, passa a ser utilizado como instrumento de dominação e apassivamento, com formação instrumental ao mercado de trabalho, esterilizando o potencial formativo.

Deste modo, a autonomia e a auto-organização dos estudantes é contrária à perspectiva burguesa. Estes não encontram espaço justamente porque ameaçam a estrutura escolar assentada na hierarquização, apassivamento e na separação entre escola e vida. Os interesses dos estudantes da classe trabalhadora entram em contradição com os objetivos da escola de classe e, portanto, precisam ser controlados e desviados. Mas, assim como os filhos da classe trabalhadora adentram à escola, com eles também entram seus interesses, contradições, tornando a escola e o Movimento Estudantil espaços de disputa.

O movimento de ocupação de escolas no ano de 2016, em São Paulo, contra o fechamento de escolas e em todo o país, em 2018, em oposição à Reforma do Ensino Médio, revelam a potencialidade e a força dos estudantes organizados. Destacamos que estas ocupações mostraram a capacidade estudantil de auto-organização e atuação coletiva, a construção de estratégias diante de situações de alta complexidade, bem como a criação de espaços de estudo de temas de grande atualidade, tornado a escola, no período das ocupações, um espaço de vida, arte, estudo, luta e coletividade (Morais, Sordi e Fávero, 2019; Espero tua (re)volta, 2019).

Como contraponto à escola burguesa olhamos para a experiência escolar soviética construída nos anos iniciais da Revolução Russa (1917-1931), por considerar que a mesma construiu uma forma escolar radicalmente diferente, na qual a construção da auto-organização e

da coletividade estudantil foram os pilares. Naquele período se experimentou a tentativa de superação das relações sociais e econômicas capitalistas e, no campo da educação, se lançam as bases do que conhecemos por Pedagogia Soviética. O trabalho de educadores comprometidos com aquela nova forma social nos proporciona reflexões valiosas para a superação da escola burguesa, oferecendo-nos, dentre outros, os fundamentos da auto-organização.

Para os pedagogos soviéticos a educação é fundamental para a construção da nova sociedade sem classes, de modo que a escola, em sintonia com a vida social fora dela, apoiava a formação de um novo tipo de mulher/homem capaz de construir um futuro que fora aberto pela Revolução. A tarefa que se colocava para a educação era a formação de lutadores que defendessem o projeto da classe trabalhadora, entendendo a luta não como o ideal e sim como uma necessidade (Shulgin, 2013). Já Pistrak (2000) observa que a escola sempre foi uma arma nas mãos das classes dirigentes, as quais se esforçaram para mascarar a natureza de classe da escola. E assim o autor nos lembra que uma das questões fundamentais da revolução social é exatamente mostrar a natureza de classe da escola em uma sociedade dividida em classes.

Para Pistrak (2000 e 2009), a transformação da escola estava para além da alteração dos conteúdos disciplinares, ele insistiu na mudança da forma escolar, das relações sociais que moldam a prática e a estrutura da instituição educativa, de modo que esta precisava ser transformada radicalmente para ter coerência com os novos objetivos de formação de pessoas capazes de participar ativamente do processo de construção de uma nova sociedade.

As primeiras formas de autodireção na escola representavam uma forma de combate à antiga escola e faziam parte nas necessidades de sobrevivência nas graves condições de ruína material daquele período pós-guerra. Os educadores soviéticos consideram que a autoatividade possibilita ao estudante o desenvolvimento de hábitos de trabalho social, iniciativa, planejamento, cooperação, capacidade de fundamentar e defender ideias e colocá-las em ação.

Pistrak (2000 e 2009) e Shulgin (2013) entendem a autodireção como uma forma de organização da própria vida e apostam no seu valor pedagógico como método de trabalho formativo-educativo dos jovens consigo mesmos e com o meio, com a ajuda dos adultos. Para eles a autodireção inclui a recusa da autoridade absoluta do pedagogo, a ampliação da atividade dos estudantes para fora da escola, sua ligação com a realidade, o que envolve a responsabilidade individual perante o trabalho coletivo e a responsabilidade de orientação dos pedagogos de uma forma que sua autoridade não impeça o livre crescimento das crianças.

Dar a possibilidade da juventude definir sua própria vontade para agir, ajudá-la nisso, sistematizando e individualizando seu trabalho e hábitos organizativos - eis a obrigação mais necessária da escola, concretizando-se nas formas da autodireção. A atividade criativa no campo do estudo das disciplinas científicas (método laboratorial de ensino) de um lado, e o desenvolvimento dos impulsos volitivos no processo de construção autônoma da vida escolar (autodireção) e outros, devem ligar em um todo único a ciência, o trabalho e a vida (Pistrak, 2013, p. 236).

Pistrak (2000) fala das formas de organização estudantil distorcidas pela escola burguesa, por exemplo quando o professor coloca nas próprias crianças a responsabilidade de policiar as ações entre seus iguais. Nos alerta o quanto esta lógica pode destruir a ideia de coletividade, quebra a unidade entre as crianças e está a serviço da lógica burguesa.

Shulgin (2013) afirma que a escola deve ajudar os estudantes na tarefa da auto-organização, pois através do trabalho e dos jogos coletivos as crianças vão se envolvendo nas várias esferas da vida social e assim podem compreender as exigências do desenvolvimento e ligar a sua auto-organização com os outros movimentos sociais. A esse respeito Freitas (2013) concorda que os movimentos sociais também ensinam e que a escola é necessária, mas insuficiente para realizar transformações sociais, portanto, a ligação da escola com as lutas sociais do seu entorno pode potencializar a ação da escola e do meio.

A auto-organização na experiência da pedagogia socialista se dava através da constituição de coletivos infantis ou juvenis que surgiam de acordo com as necessidades reais e não artificiais, tratavam de ocupações concretas, pautadas no compromisso coletivo, no espaço próprio de organização não tutelado, mas acompanhado pelos educadores, no qual os educandos eram sujeitos do processo educativo.

Em suas formulações a respeito do ensino, Pistrak (2000) considera que as preocupações infantis são os elementos que podem propiciar a auto-organização. Ele entende que através dos desejos e interesses do grupo de estudantes parte a própria organização. Considera porém que as preocupações infantis são carregadas de influências contraditórias do sistema em que a criança vive e a escola precisa se dedicar a organizá-las e desenvolvê-las na perspectiva social. A escola deve

não somente formar, mas suscitar os interesses das crianças, organizá-las, ampliá-los, formulá-los e fazer deles interesses sociais (...) deve transformar os interesses individuais, as emoções das crianças, em fatos sociais, cimentando com base nisso o coletivo infantil (Pistrak, 2000, p 178).

Shulgin (2013) relata que a vida da comuna está na mão dos estudantes. Para isso são organizados diversos conselhos e todas as decisões partem da Assembleia Geral, mas tanto ele quanto Pistrak afirmam o papel dos educadores na responsabilidade da organização escolar. Para eles, a postura dos educadores precisa ser coerente com a Pedagogia Soviética: recusa da

autoridade absoluta do pedagogo; responsabilidade de orientação dos pedagogos de forma que sua autoridade não impeça o livre crescimento das crianças; presença nas atividades infantis coletivas como um membro e não como uma autoridade; ação do educador como um companheiro mais velho que deve usar sua influência com muita prudência, intervindo apenas em caso de extrema necessidade, colaborando para mostrar às crianças o caminho da participação e do debate; possibilitar que a juventude defina sua própria vontade para agir, ajudá-la nisso, sistematizando e individualizando seu trabalho e hábitos organizativos. Para eles, o professor precisa conhecer os ideais da classe trabalhadora e as formas de lutar por eles, ligando o conceito de atualidade à necessidade de conhecimento das conquistas científicas.

Nem por um minuto nós pensamos que a criança tudo possa fazer por si mesma, que nas questões da autodireção o professor não deva jogar nenhum papel. Isso não é verdade: o professor sempre dirige o trabalho na auto-organização, ele deve a seu tempo dar ajuda e conselho (Pistrak, 2013, p.124).

Os soviéticos propõem a construção do regime escolar com a participação das crianças, por acreditarem que este princípio é capaz de reforçar o coletivo, pois quando a criança passa a trabalhar a partir da construção do próprio regime isso faz com que ela compreenda sua responsabilidade dentro do mesmo.

Para Pistrak seria um grave erro dos educadores impor uma Constituição (estatuto ou similar) aos estudantes, mesmo que esta seja aceita pelas crianças pois, mesmo que existam boas intenções, as crianças podem considerar a Constituição como uma lei imutável, que não permite sua discussão ou alteração e como consequência, uma Constituição escrita pode impedir as possibilidades de desenvolvimento da auto-organização. Um elemento característico da auto-organização é a mobilidade de suas formas que se adaptam ao momento histórico, às crianças e ao nível de suas preocupações sociais. Por esse motivo Pistrak comprehende a Constituição não como uma necessidade para a autonomia das crianças e sim como um risco à sua organização.

Este ponto se coloca como um dos itens de problematização. As escolas apresentam isomorfismo em relação à sociedade burguesa, ou seja, as relações sociais também se repetem no interior das escolas. O que ocorre na sociedade com relação à burocratização dos processos organizativos se reflete dentro das escolas principalmente com relação às instâncias de participação. Veremos na pesquisa com os Grêmios o quanto a burocratização dos processos acaba por abafar os problemas reais vividos pelos estudantes e o quanto essa lógica escolar é perversa no sentido de formar os estudantes para a imutabilidade das coisas.

A experiência soviética comporta pressupostos fundamentais para formação da classe trabalhadora porque ela aponta a possibilidade de outras formas de organização social que se

contrapõem ao capitalismo. Nos faz questionar a lógica de organização da escola, suas regras e currículo. A Pedagogia Soviética nos ajuda a explicar porque a escola é desinteressante aos estudantes e como vão se constituindo os processos de apassivamento; nos mostra as possibilidades de formação de sujeitos efetivamente autônomos, auto-organizados, desenvolvidos multilateralmente e comprometidos com a coletividade.

A escola ensina em todos os seus aspectos, não só na sala de aula, mas principalmente pelas relações que reproduz em seu interior. Na sociedade burguesa as relações de poder reproduzidas no interior das escolas estão a serviço do apassivamento da classe trabalhadora. A ausência da atualidade visa ocultar as contradições desse sistema, além de fomentar o individualismo em detrimento da auto-organização, esta que é princípio fundamental da aprendizagem da atuação de forma coletiva. Portanto, as relações estabelecidas na escola burguesa dizem muito sobre o caráter autoritário dessa escola e sobre o tipo de ser humano que ela visa formar. E é especificamente dentro dessa escola burguesa que desponta o Movimento Estudantil que vamos tratar agora, tentando compreender suas bases, seus interesses e discutindo suas contradições.

Os Grêmios Estudantis em escolas Municipais de Florianópolis

O ano de 2018 ficou marcado na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis como um ano de efervescência na criação de Grêmios Estudantis nas escolas de Ensino Fundamental. Esse movimento iniciou-se através de um grupo de educadoras interessadas em estimular a atividade dos Grêmios Estudantis nas escolas e contou com o suporte da Secretaria Municipal de Educação¹. Este grupo iniciou diversas atividades pautadas na formação de educadores e estudantes para a criação e acompanhamento de Grêmios Estudantis nas escolas de Ensino Fundamental e também articulou os “Encontros de Grêmios Estudantis” na RMEF. A partir de então ampliaram-se as discussões sobre a formação de Grêmios entre os educadores da Rede e também o número de escolas que estimulavam os estudantes a se organizarem. Os dados aqui trazidos se referem às duas escolas municipais onde ocorreu a pesquisa de campo e documental, aqui designadas como Escola 1 e Escola 2.

Na Escola 1 existem registros de que a perspectiva da gestão escolar é democrática: o PPP da unidade anuncia que a participação dos estudantes na gestão escolar ocorre através do Grêmio

¹ A atuação da Prefeitura Municipal de Florianópolis, ainda que se ligue diretamente ao tema aqui abordado e à pesquisa realizada (Walendy, 2022) não é nosso objeto no presente artigo pois exige outras análises e base documental, tema que deverá ser objeto de outro texto. A pesquisa realizada nos permite adiantar que a atuação da PMF oscila entre as perspectivas de tutela e a construção da auto-organização, como revela o documento publicado pela PMF (Cardoso e Mesti, 2020).

Estudantil, de Pré-Colegiados Participativos² e que os estudantes possuem assento no Conselho Escolar. Há evidências de que a unidade estimula a organização estudantil cujos educadores trabalham articulando os encontros e participam de todas as atividades dos estudantes, fazendo a ponte entre estes, direção e professores. Neste último caso, os professores que articulam a atividade dos Grêmios³, o fazem orientando os estudantes a discutir as relações entre governo e população com o objetivo de estimular a formação política através da análise das relações existentes e as formas de organização social, aliando esse debate às possibilidades de atuação dos estudantes dentro desse sistema.

Exemplo disso são as atividades relatadas nas entrevistas e registradas nas atas do Grêmio que evidenciam situações de descontentamento dos estudantes com relação à merenda ou a estrutura da escola, nas quais os estudantes são encorajados a se organizarem para reivindicar seus direitos junto à mantenedora (no caso a PMF) ou à direção da unidade. Através de reuniões com o Secretário de Educação, Direção Escolar, ou a nutricionista responsável pelo cardápio, por exemplo, os estudantes realizavam conversas e entregavam documentos com suas solicitações de melhorias para a escola. Outro exemplo se refere a uma consulta aos estudantes para que escrevessem suas reivindicações de melhorias e mudanças na escola. Esse processo se destaca com relação a outros Grêmios analisados pois ele consolida a prática da construção de pautas de luta baseadas na realidade, com posicionamento do coletivo de estudantes. Também foi identificado a existência de planejamento e avaliação das atividades realizadas pelo Grêmio desta escola.

Com relação às estratégias dos Professores Articuladores da Escola 1, identificou-se que os mesmos foram responsáveis por sensibilizar os estudantes a realizar o processo de composição do Grêmio, além de se fazerem presentes em todas as atividades a ele ligadas. São eles que demonstram possibilidades acerca de como o grupo pode se organizar, sugerem formas de consulta ao coletivo para levantamento das demandas dos estudantes e como construir a pauta das reuniões a partir de tais demandas. Os professores também orientam sobre a importância dos registros e

² A Resolução 02/2011, do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis (Conselho, 2011), que dispõe sobre o processo de avaliação, recuperação, promoção, colegiado de classe e recursos de ato avaliativo na RMEF, afirma que o Colegiado de Classe é instância deliberativa integrante da estrutura das Unidades Educativas e deve ser composto por professores, gestor, coordenação pedagógica, *estudantes* e pais. Convencionou-se realizar Pré Colegiados nas unidades educativas para possibilitar a participação dos estudantes nos atos avaliativos, em um momento destinado à participação estudantil. Os Pré Colegiados foram construídos pelas equipes pedagógicas em algumas escolas e compartilhado nos encontros de formação continuada, portanto, não se trata de um processo institucionalizado pela Rede. A Resolução determina a participação dos estudantes nos processos de avaliação escolares, porém não prevê de que formas a escola pode executá-la.

³O termo Professor Articulador surgiu na RMEF a partir de 2018 quando a Secretaria de Educação passou a oferecer formação aos docentes responsáveis por acompanhar a atividade dos Grêmios Estudantis. Não há uma orientação oficial acerca do que compreende esta atividade, sendo bastante diferenciada entre uma e outra escola como este texto deixará evidente. Entre outras atribuições, o professor que articula o Grêmio assume o papel de orientar e acompanhar os estudantes na constituição e execução das atividades do Grêmio, assumindo certas responsabilidades como organizar a participação dos estudantes nos encontros de Grêmios do município.

colaboram na elaboração das atas até que os estudantes consigam realizá-las por conta própria. Também oferecem textos para estudo, construindo um processo formativo nas áreas da política mais ampla e do Movimento Estudantil.

Sobre os processos de composição, o Grêmio Estudantil da Escola 1 tem registros de uma trajetória que foi se modificando com o passar dos anos e de acordo com a compreensão dos estudantes que passavam pela organização. O processo se iniciou através da disputa entre chapas, o foi proposto pelos professores da unidade, porém, nos anos seguintes, outras formas foram adotadas até que o grande número de estudantes interessados em participar provocou a necessidade de discutir uma nova forma de composição. Longos debates foram travados entre os estudantes até que, com a ajuda dos professores, concluíram sobre a importância de que todas as turmas estivessem representadas neste grupo, de modo que passaram a constituir um Grêmio que funciona como um conselho de representantes de turma. Eleições internas são realizadas em cada turma no início do ano letivo para eleger dois representantes que vão compor o Grêmio. A escola atende estudantes de 1º a 9º anos, porém os próprios estudantes definiram que trabalhariam apenas com estudantes de 6º a 9º no grupo. Não foi vislumbrado nesta escola a possibilidade de o Movimento Estudantil agregar todos os estudantes independentemente da idade e por meio da participação direta, para além das costumeiras representações.

Sobre o relacionamento dos estudantes do Grêmio com a Escola 1, estes estudantes avaliam que a escola não era muito democrática. Justificam que muitas vezes tentaram atuar na unidade, mas a direção não permitia sua entrada na escola sem hora marcada ou sem a presença de um adulto nas atividades. Afirmaram que tiveram vitórias nas negociações com a direção pois puderam concretizar diversas propostas de trabalho, mas atribuem esta conquista ao fato de ter sempre uma professora acompanhando seus debates e lutando ao lado deles.

Era muito difícil manter o foco com as opiniões de todos estudantes ali presentes na reunião, e no caso essa professora nos ajudava a organizar e manter o foco, tava ali sempre para manter uma linha de raciocínio porque senão a gente ia perder o foco. Ela tentava entender os pontos de vista de cada um, ela tinha muita paciência (Entrevista com Estudante 1, Escola 1).

Pensamos que os estudantes da Escola 1 constituíram no seu processo organizativo um olhar mais crítico sobre a relação entre estudantes e a gestão escolar. Mesmo com o acompanhamento de um professor, a gestão escolar nem sempre estava aberta às suas propostas e lembram que tiveram que lutar por cada conquista se valendo de muitos argumentos e nem sempre alcançando as transformações almejadas. As entrevistas e análise de documentos do Grêmio permite afirmar que os estudantes organizados consideraram a gestão escolar de um determinado período de difícil acesso e apontaram nem sempre se sentirem acolhidos em suas propostas. Ao mesmo tempo, analisando a trajetória do Grêmio, iniciado em 2012, identificamos que a atuação

deste obteve importantes conquistas. Por exemplo, os estudantes organizados conseguiram instituir a participação estudantil nas avaliações através dos Pré- Colegiados, construíram uma rádio escola produzida pelos próprios estudantes que perdurou cinco anos e com isso flexibilizaram o tempo de recreio. Modificaram o uniforme através de voto estudantil, realizavam jogos, gincanas e eventos diversos e algumas vezes também tiveram apoio da direção para exigir do poder público melhorias na escola. Ou seja, esses estudantes desenvolveram sua criticidade a ponto de consideram que uma escola, para ser democrática, precisaria ser mais flexível e acolher as decisões estudantis com mais seriedade.

Ao longo desses 3 anos e meio conseguimos uma rádio escola, pré-colegiados, ajudamos em festas e eventos escolares, conseguimos que os alunos sejam ouvidos, entre muitas coisas. Aprendemos que podemos fazer a diferença, a falar em público, e saber compartilhar suas ideias para todos (Estudante 3, Caderno do Grêmio, Escola 1, 2015, p 20).

Passamos agora à Escola 2. Nesta, encontramos registros de organização estudantil promovidas por educadores da unidade desde 2006. Pode-se dizer que essa trajetória foi marcada pelo estímulo e participação dos educadores de uma maneira bem demarcada: os professores estimularam o início dos debates sobre a organização estudantil partindo da construção de estatutos. A gestão democrática está presente tanto no Projeto Político Pedagógico da escola (PPP) quanto no último Plano de Gestão.

Desde as primeiras atas há evidências de que os professores ofereceram materiais de leitura aos estudantes abordando conceitos como legitimidade e representação e pautaram as discussões na construção de estatutos para posteriormente realizar eleições. As eleições eram propostas através de composição livre de chapas. A consulta aos arquivos evidencia que a tarefa principal era a construção de estatutos e eleições, porém são escassos os registros da atuação dos grupos eleitos. Há um grande período sem registros de atividades do Movimento Estudantil nesta escola. A retomada das atividades foi motivada por um membro da equipe pedagógica e uma professora, no ano de 2016, que com grande empenho conseguiram realizar assembleias para a construção e aprovação de um novo estatuto para o Grêmio. Mesmo assim, os estudantes desta unidade continuaram ausentes nos registros das atas, os quais foram realizados pelos professores. Em 2019 houve novamente uma movimentação com um o grupo eleito através de eleições proporcionais, na qual o número de cadeiras na diretoria foi proporcional aos votos que cada chapa recebeu.

Esses estudantes foram entrevistados e revelaram que o modelo de eleições proporcionais não estava claro para eles. Depois de eleitos não sabiam como proceder uma vez que os professores organizaram as eleições e posteriormente à contagem de votos informaram a eles o número de

cadeiras que cada chapa poderia ocupar na diretoria. Os estudantes não tinham critérios para escolher quem ocuparia as vagas conquistadas, então, quem movimentou a construção das chapas acabou ocupando as vagas e escolhendo os outros estudantes que ocupariam outros cargos, criando relações de indicação interna sem a discussão sobre o fato. A atuação estudantil foi dirigida por dois estudantes que tinham maior poder de voz e iniciativa dentro do grupo. Os estudantes tentaram ouvir os demais instalando uma caixa de sugestões, mas esta não teve boa participação.

Na Escola 2 havia um Professor Articulador que tirava dúvidas e dava sugestões, porém, durante as reuniões e atividades os estudantes geralmente estavam sem acompanhamento. Os estudantes negociaram com a direção e professores algumas atividades que queriam realizar, como um campeonato esportivo, o qual contou com pequena participação dos adultos. As reuniões eram realizadas por eles mesmos no refeitório da escola, e segundo eles, a escola não ofereceu suporte quanto aos espaços e tempos para se organizarem, justificando falta de espaço ou tempo dos profissionais.

Sobre o relacionamento dos estudantes do Grêmio com a escola, os estudantes entrevistados avaliam que a escola era muito democrática permitindo suas atividades. Lembram que quando organizados, conseguiam realizar suas atividades e sempre foram bem acolhidos pela escola. Esta permitia o fluxo dos mesmos na unidade fora do horário das aulas e a realização de alguns eventos. Os estudantes consideram sua escola democrática e dizem que se sentiam acolhidos e respeitados nas suas atividades, mesmo trabalhando sem a presença de um professor que pudesse ajudá-los a compreender, organizar e facilitar os processos.

Ao analisamos a trajetória desse Grêmio que tem registros de 2006 à 2019, verificamos que apenas nesse último ano os estudantes conseguiram ter suas pautas consideradas pela gestão escolar a qual autorizou a realização de um evento esportivo organizado por eles. Não encontramos evidências nem nas atas, nem nas falas dos entrevistados de que a opinião dos estudantes tenha sido considerada pela escola de modo a criar ou transformar qualquer relação ou estrutura no universo escolar no período analisado. O fato de a gestão acatar algumas pautas estudantis, não significa que a escola seja democrática. A análise dos registros nos indica que a gestão democrática está presente mais nos documentos oficiais do que nas relações reais e cotidianas das escolas.

Analizando as experiências dos Grêmios Estudantis

Vimos na experiência das escolas pesquisadas que os Grêmios no Ensino Fundamental começam por iniciativa dos professores e se consolidam quando o professor se faz presente e atua junto aos estudantes. Essa característica difere o Movimento Estudantil que ocorre no Ensino Fundamental do Movimento Estudantil no Ensino Médio ou Superior, quando os estudantes já têm mais acúmulo e se organizam por iniciativa própria, independente da escola ou dos professores.

Tanto na Escola 1 quanto na 2 não existia uma estratégia coletiva e clara sobre como motivar e auxiliar os estudantes em sua organização. Através das falas dos professores foi possível identificar que a atuação dos docentes surgiu mais de vontades individuais dos docentes que se disponibilizaram a acompanhar esse trabalho do que uma estratégia da escola em promover a organização estudantil. O que as escolas ofereciam aos estudantes era muito semelhante e dentro de limites e regras escolares convencionais. As diferenças entre o Grêmio da Escola 1 e 2 foi justamente a forma de acompanhamento que tiveram: um deles com a presença contínua de um professor e, no outro, os estudantes agiram sem acompanhamento e orientação. Vimos que a presença de um adulto que assume uma postura de colaboração e orientação permitiu que o Grêmio Estudantil da Escola 1 avançasse na organização e nas conquistas de suas pautas.

Os estudantes entrevistados na Escola 1 atribuem o êxito de suas atividades ao fato de ter um ou mais professores acompanhando esse trabalho continuamente e relatam que a juventude precisa de ajuda para se organizar porque perdem o foco facilmente, além de desconhecerem as formas de organização social. Os estudantes sugerem que os professores devem estar presentes e ao mesmo tempo deixá-los livres para construir, um desafio para os professores e que os pedagogos soviéticos nos ajudam a compreender.

Observamos a importância do acompanhamento contínuo, levando em consideração a possibilidade da construção de novas relações entre estudantes e professores, baseadas na horizontalidade, desprendidas da hierarquia e controle. Foi possível perceber as tentativas de alguns docentes de superação das antigas relações de poder instituídas nas escolas. Estes educadores assumem uma perspectiva educacional na qual se reconhecem como sujeitos históricos, pertencentes à classe trabalhadora, conscientes de que a escola é instrumento de conformação de uma classe pela outra e que, portanto, é preciso superar esse modelo escolar que objetiva a formação de uma juventude obediente e disciplinada, traçando como horizonte a formação de jovens críticos e capazes de atuar pela transformação dessa lógica.

Salientamos que o Professor Articulador, para a efetiva construção da auto-organização, não determina as regras, pois estas devem ser construídas pelos próprios estudantes. Ao educador cabe uma atitude de colaboração, como pessoa mais experiente, como propunham os educadores soviéticos, jamais o protagonismo. Nesta perspectiva, o exercício da organização não tutelada, mas acompanhada, permite aos educandos se assumirem como sujeitos do seu processo educativo a partir de uma intenção pedagógica que produz o envolvimento real das crianças. Pistrak (2013) acreditava que o educador poderia oferecer a possibilidade da juventude compreender a sua própria vontade, desenvolvendo-a em direção ao social e que o professor pode ajudá-la nisso, apontando hábitos de organização, sendo a escola espaço privilegiado para este exercício.

Nesta concepção, o objetivo não é deixar as crianças resolverem tudo por si mesmas, portanto o educador tem um papel fundamental na direção da organização estudantil através da ajuda e da sugestão. Propõe ainda que precisamos superar as relações escolares que tem por objetivo criar executores obedientes e civilizados e que para isso é necessário que os professores compreendam a atualidade, os interesses estudantis e os ideais de uma sociedade igualitária.

Isto se relaciona ao como e porque organizar um Grêmio Estudantil. Identificamos que a Escola 2 tem como ponto de partida a construção de estatutos, editais e regras instituídas por adultos, distanciando-se dos desejos e problemas reais das crianças envolvidas. A Escola 2 atribui mais importância ao fato de ter o Grêmio formalizado, se apresentando como escola democrática e que atende as políticas da Rede Municipal de Ensino, do que realmente tornar os estudantes sujeitos efetivos de construção da escola.

Retomamos a reflexão de Pistrak (2000) e Shulgin (2013), quando alertam para o risco de engessamento do processo de organização infantil, tomando a lei como algo imutável que determina a atividade das crianças, ao invés de evidenciar que as normas são produtos da atividade humana.

Por sua vez, no Grêmio da Escola 1 foi possível identificar que a inexistência de um estatuto promoveu debates interessantes sobre as formas de organização, possibilitando que os estudantes tivessem tempo para amadurecer suas reflexões sobre o Movimento Estudantil na unidade, bem como construir novas formas de trabalho, no qual as regras existiam, mas eram constantemente repensadas e construídas pelos próprios estudantes.

Pistrak afirma que “a tutela demasiada sobre a autodireção da criança, quando ela levanta-se sobre os pés apenas prejudica a tarefa” (Pistrak, 2013, p.123). Faz-se necessário que os estudantes realizem tarefas sem a intervenção direta de professores, porém enfatiza que o “professor sempre dirige o trabalho na auto-organização, ele deve a seu tempo dar ajuda e conselho, ele deve discretamente dirigir pelas crianças, mas não tutelá-las exageradamente” (Pistrak, 2013, p. 124).

Khouri *et al* (2022) indicam que as origens da tutela na educação estão ligadas à concepção de infância como sendo uma fase, mesmo que transitória, inapta à vida pública. Tutela pode ser definida como um encargo ou autoridade que se confere a alguém e designa defesa, amparo, proteção. Porém o ato de tutelar pode significar subestima da capacidade de pensar dos sujeitos, limitando o exercício da liberdade.

O estudo de Chagas (2020) revelou tentativas governamentais de controle sobre a atuação dos Grêmios Estudantis, demonstrando que este atua, muitas vezes, de maneira dissimulada, realizando atividades que aparentemente pretendem promover a existência dos Grêmios, mas que quando analisadas mais detidamente, se percebe que são formas comumente utilizadas pelos

governos para controlar a ação dos estudantes. Para tal se utilizam desde a formação de professores até a produção de materiais ilustrativos como os modelos de estatuto.

Entendemos que a Escola 2 atua sob este modelo em que a tutela dos estudantes se expressa determinando como estes devem se organizar, priorizando aspectos formais ao invés da mobilização efetiva. O resultado é um processo estéril e descontínuo. A tutela vem acompanhada da inexistência de apoio efetivo dos educadores. Nesta forma a escola, depois de determinar e engessar a forma como o Grêmio deve ser organizado, abandona os estudantes, muitas vezes em nome de uma autonomia que não foi construída.

Com relação às formas de composição do que se costuma chamar de Diretoria do Grêmio, revelou-se que os professores ou escolas costumam partir das mesmas orientações convencionais que orientam a criação de Grêmios ou outras instituições colegiadas instituídas no capitalismo e seguem o roteiro partindo da construção de estatuto e processo eleitoral de disputa entre chapas. Nas experiências analisadas evidenciou-se que essa forma de composição de Grêmios promove uma competição para chegar ao poder, esvaziada dos sentidos da organização estudantil. Sem experiências de debate, participação e construção coletivas, os estudantes tendem a reproduzir a lógica da competitividade, da exclusão e do individualismo. A Escola 1 conseguiu em parte romper esta lógica mediante a organização dos estudantes por turmas, ainda que limitada à representação e não à participação direta de todos.

O processo de eleição através de chapas reproduz a lógica da democracia representativa, sem questioná-la ou transformá-la. Na Escola 2, os estudantes são convidados a compor chapas sem saber do que se trata e sem ter a chance de experienciar qualquer tipo de atividade ou debate sobre formas de organização, de modo que não se possibilita ganho de experiência e aprendizagem sobre construção de processos coletivos. Trata-se de mais uma atividade que se faz de modo formal, sem compreender as bases reais dos processos de participação, autonomia ou autogestão. Reproduz-se a formalidade dos processos burgueses ditos democráticos que resguardam às elites os processos decisórios. A pesquisa demonstrou tentativas de fomentar eleições e construção de chapas para cumprir exigências formais, sem partir das necessidades e da escuta dos estudantes. Observa-se, portanto, que a escola burguesa propõe uma determinada forma de Movimento Estudantil que possa ser tutelada e controlada, direcionada para a mediação de conflitos, a recreação, a participação e a representação esvaziada, a liderança de um pequeno grupo que supostamente representa os demais sem a construção da coletividade. Trata-se de uma armadilha burocrática, pois vimos professores tão preocupados em garantir a legalidade dos processos instituídos que a voz dos sujeitos fica abafada. Os estudantes se mostraram menos afetos à burocracia do que os professores e podemos constatar que a burocratização do Movimento

Estudantil atrapalha a organização dos estudantes.

Se observarmos como se constituem os movimentos sociais, identificamos que estes não começam por um documento que autorize ou regularize sua existência. Os movimentos sociais despontam justamente das contradições e evidenciam a exploração, as injustiças. É no curso de sua atuação que podem se constituir formalmente e instituir normas, mas este é um processo posterior e no contexto dos motivos que levam à sua emergência. Não advogamos para a inexistência de regras, mas se estas precisam existir não devem ser o ponto de partida, contando com a participação ativa dos estudantes. O exercício da auto-organização só é possível baseado naquilo que realmente faz sentido para crianças e adolescentes.

Com relação às formas de organização internas ao Grêmio, os estudantes entrevistados na Escola 1 apontaram que, com o desenvolvimento das atividades, foram percebendo que não fazia sentido a divisão por cargos presente nos modelos de composição de Grêmios disponíveis na internet. Eles perceberam que essa forma não funcionava e compreenderam que o mais importante era dividir as tarefas de acordo com as demandas, a disponibilidade e os conhecimentos individuais, enfim, perceberam que a construção de um coletivo é algo que se modifica e que ele não pode estar engessado de forma a prejudicar o desenvolvimento do grupo. Como afirma um estudante “sempre decidimos tudo coletivamente com quem estava presente nas reuniões” (Entrevista Estudante 2, Escola 1).

Identificamos que organizar o Grêmio através de cargos também não possibilita o revezamento entre os estudantes. Vimos que quem articula a montagem da chapa geralmente se coloca como presidente, escolhe alguém de confiança para estar mais próximo e todos os outros entram como “funcionários” nesse tipo de organização. Observamos também que esse tipo de composição não garante que todos sejam contemplados, como as diferentes idades dos estudantes, por exemplo. A respeito dos lugares de comando, a experiência educacional soviética nos ensina sobre a importância do revezamento nas funções. Para eles, todos precisam aprender a comandar e a ser comandado. Com relação à organização interna dos Grêmios analisados, podemos constatar que as formas de organização colegiadas se demonstraram mais construtivas do que aqueles centradas em um presidente e com rígida divisão de cargos.

Com relação às pautas de luta do Movimento Estudantil em análise, as que mais apareceram se referem à estrutura física das escolas, apontadas como insuficientes e precárias. A insatisfação dos estudantes com relação à merenda apareceu em três das cinco unidades em que os estudantes apresentaram relatos de experiência no Encontro de Grêmios do município, em 2019. Outras pautas apresentadas pelos estudantes nas atas e entrevistas, dizem respeito aos interesses da juventude e da infância em relação às questões de ensino e aprendizagem, tema este de alta relevância aos estudantes e para o qual devem ser educados. Evidenciou-se também a necessidade

que sentem de avaliar a escola e seus processos e que isso muitas vezes lhes é negado.

Pistrak (2000) considera que as preocupações infantis são elementos que propiciam a auto-organização, pois partindo do que o grupo pensa e deseja é que as crianças podem exercitar a própria organização. Nesse sentido ele considera que as preocupações infantis são carregadas de influências contraditórias do sistema em que a criança vive e, justamente por esse motivo, a escola precisa dedicar-se a organizá-las de acordo com os objetivos da educação. Ou seja, é preciso discutir com as crianças quais são os interesses coletivos, o que agrupa para um convívio humanizado, desconstruindo o individualismo e as opressões.

Pudemos apresentar uma experiência pautada na organização das preocupações infantis através do trabalho realizado na Escola 1. O processo de escuta realizado pelos estudantes com o seu coletivo possibilitava identificar os interesses infantis, organizá-los com a ajuda dos educadores, tendo em vista construir os interesses coletivos e democráticos. Tal processo possibilita identificar questões sobre a realidade dos estudantes e ampliar a percepção de que fazem parte do mesmo grupo, desejam as mesmas coisas e têm problemas muito parecidos. Esta construção amplia a consciência social dos estudantes, a exemplo do relato de uma estudante: “No Grêmio aprendemos como lutar por nossos direitos e poder não pensar só em você e sim no todo” (Estudante 5, Caderno do Grêmio Escola 1, 2015, p. 27). Nesse sentido, os educadores russos apostavam que a coletividade propiciava o desenvolvimento da noção de sujeito histórico, despertando um movimento de consciência do eu e da necessidade do coletivo para a própria vida.

O processo seguinte de organização dos estudantes diz respeito a como realizar as questões manifestadas pelo seu coletivo. Aqui o papel do educador continua sendo fundamental. Quando eles conseguiam organizar os desejos e transformá-los em pautas de luta, a orientação do professor os ajudava a identificar o que era possível, o que era de fato coletivo e o que caberia às pautas desse grupo, num processo de formação, diálogo e construção conjunta.

Sobre as estratégias de organização estudantil observamos que os estudantes demonstram grande potencial de organização. Resumidamente eles se organizavam baseando-se em: reuniões periódicas geralmente quinzenais, registros, divisão de tarefas, consulta ao coletivo, sistematização das solicitações do coletivo, realização dos objetivos por prioridade, atividades de estudo em temas como movimentos sociais, política, mídia, rádio escola, solicitações de melhorias na escola ao poder público por meio de reuniões e documentos, participação em eventos escolares, participação em eventos do Movimento Estudantil, avaliação após as atividades, confraternização, jogos e brincadeiras para fortalecimento do grupo.

Sobre as relações entre a gestão escolar e o Movimento Estudantil em seu interior, identificamos que as duas escolas pesquisadas têm como princípios assumidos em seus PPPs a

gestão democrática através da participação de todos os segmentos da escola na gestão, porém raras vezes as falas dos estudantes são consideradas na organização escolar. Não há mérito em ter Grêmio na escola se os estudantes não podem propor e transformar a realidade escolar, pois as instâncias colegiadas não devem servir para compor apenas a gestão democrática de fachada, uma vez que elas podem e devem realizar transformações concretas nas relações escolares em vista da formação multidimensional.

Considerações finais

Neste texto partimos do pressuposto de que o Movimento Estudantil e os Grêmios Estudantis se articulam de forma direta com os objetivos da educação e da escola, e, portanto, possuem estreita relação com o mundo do trabalho e a organização da vida social. A pesquisa nas escolas e junto aos estudantes evidencia que a organização escolar não é neutra e tende a reproduzir as relações sociais fora da escola, relações estas que as organizações estudantis podem repetir ou questionar e transformar.

Observamos que nas escolas pesquisadas se embatem perspectivas diferentes quanto ao Movimento Estudantil na Educação Fundamental. De um lado, um grupo de docentes que trabalha para que os Grêmios promovam a auto-organização, a qual tem por base as pautas concretas dos estudantes, a construção de coletivos e o desenvolvimento dos interesses estudantis de forma cada vez mais social. De outro, uma perspectiva burocratizada e tutelada que prima pela formalidade, atendendo exigências legais para uma pseudodemocracia e educa para o individualismo, a competição e a representação esvaziada.

Tanto nas pesquisas acadêmicas, quanto nos materiais analisados identificamos interesses em distorcer os objetivos das organizações estudantis sugerindo que o objetivo dos Grêmios seja organizar atividades recreativas e de suporte à escola. A concepção de Movimento Estudantil aqui defendida não é a de que o Grêmio deve ajudar a escola realizando atividades que o poder público deixou de realizar, como utilizar dos estudantes para arrecadação de verbas. As atividades recreativas são uma possibilidade dentre outras, mostrando na prática que a participação e a gestão democrática efetivas são profundamente educativas e ampliam a consciência social.

Foi nesse sentido que apontamos que os Grêmios Estudantis no Ensino Fundamental transitam entre a tutela e a auto-organização. A tutela significa subestimar a capacidade de pensar dos sujeitos, limitando o exercício da liberdade. Como vimos, a escola na atualidade assentada na concepção burguesa, não proporciona a formação política crítica, pois esta seria capaz de elucidar as relações da sociedade de classes. A organização dos estudantes em Grêmios Estudantis na perspectiva aqui assumida, promove a formação política das crianças, adolescentes e jovens, evidenciando as relações de exploração e democracia restritas que são a base da sociedade de

classes, do contrário atua em mundo de aparências. Este sentido profundo do Movimento Estudantil entrar em contradição direta com os interesses da classe dominante que atua para esvaziar o sentido do Movimento Estudantil, limitando-o a reproduzir a lógica da participação e representação burguesas. Entretanto, quando a experiência dos estudantes em Grêmios se liga de fato aos problemas reais, promove processos de escuta e luta por direitos e justiça social, ele constitui a possibilidade de formação política crítica, promovendo o aprendizado acerca da auto-organização e da coletividade, indicadores de outras relações sociais.

Apontamos nesse trabalho que a forma como as escolas acolhem as falas, avaliações e sentimentos dos estudantes é indicador das relações escolares e estas estão carregadas das perspectivas em disputa. Isso significa que não basta ouvir os estudantes, mas realmente considerar o que eles pensam, modificando as relações escolares. Nesse sentido Freitas (2018) alega que um novo projeto histórico precisa ser construído na prática e que devemos levar em consideração as experiências históricas de autonomia dos trabalhadores, neste sentido que buscamos a experiência soviética como um ponto alto da organização da classe.

Numa perspectiva educacional que se almeja emancipatória, a coletividade emerge como fundamento e ferramenta de revolucionamento da escola, que, conforme apontamos, na sociedade burguesa se encontra aprisionada e visa à formação de sujeitos competitivos e individualistas. Pistrak (2000) aponta a importância do coletivo infantil como elemento de estímulo à autonomia e construção de uma consciência social ampliada. O coletivo não é apenas uma reunião acidental de um grupo; o grupo se torna um coletivo quando está unido por interesses que visam o bem comum e que desenvolvem a formação social. Desse modo a escola se torna um centro de vida das crianças. Os educadores russos compreendem que as crianças até podem alcançar sozinhas algum tipo de organização, mas entendem que a formulação e compreensão de interesses sociais depende do trabalho de um pedagogo que não seja estranho à vida dos estudantes e que não se limite apenas a observá-las. Por isso a importância de um acompanhamento cuidadoso que orienta, sem imposição. Dessa maneira apontamos para o imprescindível trabalho dos educadores no suporte e orientação às atividades dos estudantes na Educação Fundamental.

A auto-organização é um objetivo essencial da escola e poderosa ferramenta de exercício de sociabilidade capaz de operar transformações nas relações escolares e em todos os processos que envolvem o estudo, o trabalho, a gestão, a participação autônoma, coletiva, ativa e crítica dos estudantes. Aí então a escola poderá, efetivamente, contribuir na construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática.

Referências

- CARDOSO, N. e MESTI, D. (Org). **Grêmios estudantis**: o imaginário de uma transformação. [livro eletrônico]. Florianópolis, SC: Secretaria Municipal de Educação, 2020. PDF. Disponível em:http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/30_03_2021_15.30.00.4e1623b66fefeaf54219177e0c2facb.pdf. Acesso em: 10 de out de 2021. 195 p.
- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução n.º 02, de 14 de setembro de 2011**. Dispõe sobre o processo de avaliação, recuperação, promoção, colegiado de classe e recursos de ato avaliativo para o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Florianópolis: CME, 2011.
- CHAGAS, Marcos Rogério Jesus. **Os Grêmios estudantis e as mobilizações secundaristas em Bauru no ano de 2015**. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional), UNESP, São Paulo, 2020.
- ENGUITA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ESPERO tua (re)volta**. Direção de Elisa Capai. São Paulo: TVa2, 2019. Documentário. (93 min). Disponível em: <http://www.taturanamobi.com.br/film/espero-tua-re-volta>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In: PISTRACK, Moisey M. (org.). **A Escola-Comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. Revista **HISTEDBR** On-line, Campinas, SP, v. 18, n. 4, p. 906-926, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654333>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- KHOURI, Mauro Michel El; RAMOS, Vanessa Mesquita; MIRANDA, Luciana Lobo. Autonomia e Tutela no Ambiente Escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, v. 26, 2022.
- MORAIS, Sérgio Paulo; DE SORDI, Denise N.; FÁVERO, Douglas Gonsalves. Ocupação e contra ocupação de escolas públicas: o caráter político-educativo da mobilização coletiva. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v.17, nº 33, p. 138 - 161, 2019.
- PISTRACK, Moisey. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- PISTRACK, Moisey M. **A escola-comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SHULGIN, Viktor. **Rumo ao Politecnismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SNYDERS, George. **Escola, classe e luta de classes**. São Paulo: Centauro, 2005.
- WALENDY, J. S. **Os Grêmios Estudantis no Ensino Fundamental em Florianópolis: entre a tutela e a auto-organização**. Dissertação (Mestrado em Educação). UFSC: Florianópolis, 2022.